

Novembro de 2013 – intervenção sobre P.O. - 2014

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhores Membros do Governo

Mais um Plano e mais um Orçamento. Muitas ações e muitos milhões.

A novidade é sempre pouca.

Estamos de novo perante um Plano com a maioria das obras do ano anterior, com várias que se arrastam da anterior legislatura e algumas mesmo com mais de uma dezena de anos de promessas.

Nas nossas ilhas vamos aguardando com paciência e com grande resiliência, as obras e as políticas que melhor nos poderiam servir. Acontece que os milhões são gastos, algumas obras são inauguradas e os níveis de progresso ficam aquém do esperado.

Isto sucede porque as Políticas não são assertivas, os projetos não são reprodutivos, a estratégia, se existe, não resulta e o desenvolvimento fica comprometido.

Se assim não fosse, então os cerca de 500 milhões de euros de investimento público que nos últimos 10 anos foram aprovados neste Parlamento para a ilha do Pico, deveriam ter tido como consequência padrões de progresso e desenvolvimento que, muito sinceramente, não se verificam hoje no quadro socioeconómico daquela ilha.

Resta saber se um novo Centro de Saúde trará mais benefícios aos picoenses (?!); se uma nova Fábrica de leite trouxe mais rendimento aos produtores (?!); se o investimento feito no aeroporto pode ou não trazer mais progresso á ilha (?!); se temos estruturas escolares adequadas nos três Concelhos (?!); se temos um Porto Comercial que sirva convenientemente a economia da ilha (?!), se a Escola Profissional do Pico merece ou não ter outras condições de trabalho e ter outra atenção do Governo (?!), se é importante ou não reabilitar os Estaleiros Navais da Madalena e ali criar mais umas dezenas de postos de trabalho (?!).

Trago-vos aqui alguns exemplos que demonstram que os milhões nem sempre correspondem a boas soluções e que do que é verdadeiramente estruturante há ainda muito a fazer.

A realidade social e económica que hoje se vive na ilha Montanha não será porém muito diferente do que se passa na generalidade das nossas ilhas.

Desemprego a um nível preocupante, famílias e empresas com sérias dificuldades financeiras incumprindo com a banca e com entidades terceiras, um setor cooperativo em falência, uma economia muito fragilizada.

Na Região, a crise na construção civil gerou mais desemprego. O desemprego colocou famílias na pobreza.

Nos órgãos de comunicação social dos Açores aparecem notícias sobre movimentos espontâneos da sociedade, em gestos de solidariedade para matar a fome, sobretudo a idosos e a crianças.

Estes são sinais de um novo tempo, de um tempo diferente. Sinais que a todos nos devem sensibilizar e incomodar. Por isso, temos de fazer tudo quanto esteja ao nosso alcance para debelar os problemas sociais mais graves gerados pelo desemprego que resulta desta crise.

Enquanto político desta Região também me sinto obrigado não apenas a constatar a realidade, mas a contribuir para as soluções. É por isso que deixo aqui algumas, modestas sugestões, mesmo que possam ser consideradas irrelevantes:

- O sector da **construção civil**, na Região, precisa de ser “resgatado” da profunda crise em que se afundou nos últimos dois anos.
- O investimento público no **domínio da Habitação** nomeadamente no contexto da reabilitação urbana deve ser uma prioridade dos Governos regional e locais.
- A **cooperação institucional** entre o Governo e as autarquias deve concretizar-se em tarefas conjuntas e integradas, quer nas respostas sociais mais emergentes, quer implementando pequenas empreitadas, reanimando a atividade das nossas empresas locais de pequena e micro dimensão, pois elas são o ativo mais importante para travar ou debelar esse grande flagelo social que hoje se vive nos Açores que é o **desemprego**, que já regista **21.545** cidadãos açorianos.
- Os milhões do próximo quadro comunitário de apoio têm de ser criteriosamente aplicados em todas as nossas ilhas. Esta poderá ser uma última oportunidade para resolvermos alguns dos problemas mais estruturantes, ao nosso desenvolvimento e progresso. Não podemos desperdiçar tempo nem

dinheiro. Por isso não se admitem derrapagens financeiras em Obras Públicas com aconteceu no passado.

- A **carta das Obras Públicas** sendo um documento orientador do investimento público e importante para o reposicionamento e redinamização do setor da construção civil, tem de ser consequente. Já se passou 1 ano desta legislatura e o seu efeito prático tarda em acontecer.

**Senhora Presidente**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores**

Apesar de **tantos milhões gastos** durante tantos anos, as nossas ilhas de menor dimensão vão ficando cada vez mais reduzidas. Os jovens engrossam as fileiras do desemprego. Jovens na sua maioria qualificados que desistem de viver nas nossas ilhas pois nelas não encontram perspetivas profissionais. As populações que vão restando são envelhecidas e as economias ficam enfraquecidas.

A **Política da coesão**, desenhada no **PECA**, mesmo surgindo para corrigir políticas passadas e erradas, não passou de novo falhanço e de mais uma falácia.

Estamos pois perante um tempo que exige ação e não apenas reação dos governantes.

É tempo de olhar para cada uma das nossas ilhas e de fazer o que ainda não foi feito e já deveria ter acontecido.

É tempo de emendar os erros e corrigir o rumo.

É tempo de olhar para a realidade com o realismo que se impõe!

Como políticos responsáveis não podemos continuar a agir e a pensar como se tudo o que de bom acontece é por nossa causa e o que sucede de mal é culpa de outros.

Deste **Novo Governo**, com **Novos protagonistas**, os açorianos esperam Novas políticas, já que as **“velhas Políticas”** se revelaram pouco eficazes.

Este Governo, tem assim nova oportunidade para demonstrar ser mais capaz.

Com sentido de responsabilidade, mais uma vez o PSD confere-lhe o benefício da dúvida.

Disse.